

Por Antonio Penteado Mendonça



Entre abril de 2020 e abril de 2021, os planos de saúde privados receberam pouco mais de um milhão de novos usuários. Se pensarmos que esse período engloba momentos dramáticos da pandemia do coronavírus e do desemprego decorrente dela, pode-se dizer que o desempenho foi muito bom. Afinal, mais de 14 milhões de brasileiros perderam seus empregos, 15 milhões desistiram de procurar emprego e 14 milhões de famílias vivem com até 90 reais por mês. Com certeza não são eles que aumentaram o número de pessoas cobertas e, se levarmos em conta que metade da população vive com um salário-mínimo por mês, veremos que, apesar dos impactos negativos da crise econômica pré-coronavírus e dos estragos gigantescos causados pela pandemia, os planos de saúde privados continuam atendendo boa parte do público com capacidade econômica para contratá-los.

Atualmente, os planos de saúde privados têm pouco mais de 48 milhões de segurados, número abaixo dos 50 milhões que faziam parte do sistema até poucos anos atrás, mas bastante razoável, frente aos estragos diretos e indiretos que chacoalharam a economia nacional no passado recente.

O aumento de um milhão de pessoas entre abril de 2020 e abril deste ano é a confirmação do que se sabe faz tempo, mas que nem sempre é dito com a isenção necessária ou com o destaque merecido. Os planos de saúde privados estão entre os principais sonhos de consumo do brasileiro. E esta posição não caiu do céu, nem foi conseguida de graça. Os planos de saúde privados fazem a diferença porque, invariavelmente, entregam aquilo que prometem.

Há problemas, solicitações não atendidas, falhas operacionais? Sem dúvida nenhuma, há. E, quando ocorrem, podem significar danos de monta para quem foi prejudicado. Mas se levarmos em conta o número de procedimentos autorizados pelos planos de saúde em um ano e a quantidade de processos decorrentes das relações entre operadoras e beneficiários, veremos que a judicialização é proporcionalmente pequena. Dando um número, com base no balanço de uma grande operadora de planos de saúde privados, só ela, em 2019, autorizou mais de 80 milhões de procedimentos.

De acordo com dados do mercado, as mais de 700 operadoras de planos de saúde privados em operação no país autorizam, entre simples consultas e cirurgias altamente sofisticadas, mais de um bilhão de procedimentos por ano.

Desde o início da pandemia, os planos de saúde privados têm tido desempenho irreprochável. Ainda que alguém possa dizer que teve problemas com seu plano por causa da covid19, são casos absolutamente isolados, que não refletem a realidade de uma rotina estressante e infindável, que se estende no tempo desde o início de 2020 e sem data para terminar.

Se a pandemia mostrou para o Brasil o acerto da criação do SUS e sua eficiência, ela também abriu um quadro novo sobre a eficiência e a importância dos planos de saúde privados. É a soma dos dois

sistemas que vai permitindo que o Brasil atravessasse este momento com menos danos do que seria de se esperar, se a vontade do Governo Federal houvesse prevalecido. Graças aos SUS e aos planos de saúde privados, os brasileiros, sem vacinas e condenados a tomar cloroquina e outras tolices do gênero, estariam morrendo em número muito maior, além de não terem atendimento digno para tratar os doentes.

Há males que, se não vem para o bem, pelo menos mostram uma realidade até então não percebida. É o caso da pandemia do coronavírus. Ela indubitavelmente colocou o SUS e seus agentes em posição de destaque e deixou claro que o sistema não funciona não porque não é bom, mas porque o orçamento da União não contempla os recursos necessários para o seu custeio.

Além disso, a pandemia mostrou o que o povo já sabia, mas era escondido por interesses dispostos a levar vantagem em cima de um tema delicado, como é o atendimento à saúde: os planos de saúde privados funcionam.

Eles podem ser melhorados? Podem. Podem ser mais transparentes? Também. Mas se olharmos seu desenvolvimento ao longo do tempo, veremos que isso vem acontecendo não é de hoje.

Fonte: O Estado de São Paulo, em 14.06.2021.